



CADERNOS
GESTÃO SOCIAL

Vol. 2, Nº 1, 2009
ISSN: 1982-5447
www.cgs.ufba.br

Revista do Centro Interdisciplinar de Desenvolvimento e Gestão Social -
CIAGS

UM OLHAR SOBRE A GLOBALIZAÇÃO CONSIDERANDO AS DESIGUALDADES REGIONAIS DO BRASIL

*Elmano Pontes Cavalcanti **

*Elmano Ramalho Cavalcanti***

*Professor, Doutor da Unidade Acadêmica de Administração e Contabilidade da Universidade Federal de Campina Grande.

E-mail: elmanopc@gmail.com

**Professor, Mestre em Ciências da Computação pela Universidade Federal de Campina Grande.

E-mail: elmano@gmail.com

Resumo

O presente artigo tem como objetivo analisar criticamente a emergência de temas como a gestão do social e a responsabilidade social corporativa na agenda sociopolítica nacional que veem paulatinamente ganhando força nos discursos dos governos, nas práticas corporativas, bem como na retórica-ação de alguns atores da sociedade civil nacional. O que é essa agenda e o que ela tem a propor para a sociedade brasileira, em qual cenário ela é forjada e como os seus principais atores constroem as suas retóricas e pautas de contemplação, são algumas das questões sobre as quais desejamos refletir brevemente neste artigo. Para isto, contrapomos a realidade nacional ao cenário internacional de reestruturação do Estado à luz dos marcos regulatórios neoliberais que ganharam espaço na agenda política dos últimos anos. Quais os paradoxos e desafios dessa nova agenda rumo à

construção de pactos sociais estabilizados é a tônica perseguida nas considerações finais.

Palavras-chave:

Globalização, Desigualdades, Brasil.

Abstract:

Globalization arose as a stage of development of humanity and it appears to have no way back. Globalization means the opening of great opportunities and great problems. The goal is to present some thoughts on globalization and its players, especially considering the problem of regional inequalities in Brazil. We collected bibliographic and documentary material. This paper presents statistical data and some analysis considering the categories of players, highlighting the problem of regional inequalities in Brazil.

Among the main findings are: the situation of Brazil is worrying; Despite Brazil became a republic, the statistics found suggest that the mentality of the government men is still the same as it was in the time of colonization. A mentality in which the distribution of public goods is only compulsory for those who are in the regions close to the public power.

Key-words:

Globalization, inequalities, Brazil

1. INTRODUÇÃO

Algumas grandes mudanças acontecidas nas últimas décadas, tais como o fim da Guerra Fria, os avanços da Tecnologia da Informação (TI), entre outros, vêm proporcionando quebra de paradigmas, mudanças e contribuindo para consolidar cada vez mais a globalização como um estágio da humanidade para o qual parece inexistir espaço para retrocesso. Entre essas mudanças, a reorganização das forças político-econômicas no mundo possibilitou a nova ordem mundial. O ineditismo dessa situação, como bem assinala Ledur (1996), é que provavelmente seja essa a primeira vez na história moderna em que uma nova ordem política se constitui sem ter sido precedida por um conflito maior.

Apesar da derrubada de uma série de opostos, em vez da entrada em um novo horizonte relativamente homogeneizado e, de certa forma, compatível com o significado do termo e com os novos tempos, deparamo-nos simultaneamente com movimentos de integração e fragmentação. É o globalismo convivendo simultaneamente com nacionalismos, regionalismos, localismos e imperialismos. A globalização é holística e tem a ver com uma série de vários aspectos, entre estes, o das desigualdades.

O problema das desigualdades é característica dos países subdesenvolvidos, pelo menos em termos de maior incidência. Esse problema envolve questões tão diversas como a divisão do trabalho, a distribuição do trabalho, os direitos civis, a estrutura de saúde, as oportunidades de carreira, a difusão de conhecimento e principalmente a distribuição de renda e riqueza (THERBORN, 2000).

Tomando como verdadeira a premissa que associa a globalização à competitividade, significa dizer que os seus atores precisam estar preparados para a competição. Nestes termos, o cenário dos negócios apresenta alguma semelhança com a “lei da selva”, onde se é presa ou predador. O Brasil, como parte desse contexto, possui imenso território e também imensos problemas à espera de solução.

Passou por um período de franco desenvolvimento e vive o drama de apresentar taxas de crescimento inferiores às de seus principais concorrentes. Além disso, não consegue resolver problemas cruciais como o das imensas desigualdades entre suas regiões, as quais se enquadrariam como “presas” na metafórica selva. Então, que reflexões poderemos fazer sobre a globalização e seus atores em relação à problemática das desigualdades regionais do Brasil? Dessa forma, o objetivo deste artigo é apresentar algumas reflexões sobre a globalização e os seus atores em relação à problemática das desigualdades regionais do Brasil.

2. O CONTEXTO GLOBALIZAÇÃO

Um dos traços marcantes da história da humanidade tem sido a tendência da prática do domínio entre os povos. Duas foram as formas principais de aplicação desse domínio: militar e mercadológica ou respectivamente destrutiva e construtiva. A primeira forma, a militar, é caracterizada pela conquista de domínios (territórios) pela aplicação do poder da força

física, pela imposição, normalmente utilizada por Estados, nações ou povos da antiguidade em relação ao exterior, mas, também utilizada no próprio território, sempre que a forma de governo adotada foi diferente da democrática. A segunda forma de domínio adotada, a mercadológica, é caracterizada pela conquista de domínios (mercados) pela aplicação do poder do campo das idéias, podendo decorrer da persuasão ou de outras tentativas de convencimento sem uso da força física.

Em ambos os casos, na aplicação desses domínios, o que se encontra são práticas de guerra. A diferença é que o primeiro envolve guerra física e o segundo envolve uma guerra diferente, do tipo intelectual. Enquanto no primeiro caso normalmente ocorrem perdas e destruição física, na selva dos negócios as ações entre os concorrentes se constituem em batalhas cruéis, constantes e intermináveis, pela obtenção da melhor qualidade, pela oferta do melhor preço, pelo desenvolvimento da melhor tecnologia, pela captura dos melhores talentos profissionais, pela busca incessante dos desejos e anseios dos consumidores, pela procura da melhor matéria-prima, pela captura da maior fatia de mercado, enfim, por atender às necessidades dos consumidores ou de influenciar a sociedade da melhor forma possível.

Assim, a rapidez das ações se constitui fator importantíssimo. Como ocorre na “selva tradicional”, na “selva dos negócios” a rapidez ou a lentidão com que se move pode significar a diferença entre ser predador ou servir de presa para um concorrente mais preparado e que consegue, por exemplo, detectar mais rapidamente as mudanças do mercado.

Analisando dessa forma, pode-se constatar que a humanidade sempre esteve em processo de guerra. De maneira geral, considerando o contexto das transações de negócio, o que tem havido é uma substituição da guerra do tipo perde-perde (selvagem) pela guerra do tipo intelectual, voltada para a perspectiva ganha-ganha. Ou seja, um pouco do

que já sugeria Sun Tzu (2001), cerca de 2.500 anos atrás. No primeiro caso, na guerra militar, todos perdem, tanto vencidos quanto vencedores. A diferença é que perde menos que o outro, mas a tendência é haver perdas e destruição para ambos.

Considerando que a guerra destrói parte da riqueza do vencido, ao vencedor pode restar muito mais o sentimento da *vitória de Pirro*. No segundo caso, ainda levando em conta o contexto das transações mercantis, praticamente todos ganham: as empresas competentes ganham e a sociedade, de certa forma, também ganha com o resultado das batalhas travadas no campo da competição. Vale ressaltar que esse ganho da sociedade é relativo e não generalizado. Embora seja verdade que a sociedade ganhe em alguns aspectos, tais como a redução de preços, aumento da qualidade e com o surgimento de inovações, também é verdade que a sociedade perde em outros aspectos, tais como o desemprego e a falta de investimentos. Assim, a evolução ocorreu com a substituição da guerra destrutiva pela guerra construtiva, da guerra sangüinária pela guerra intelectual.

Ao longo do tempo, o poder destrutivo se deslocou através das formações dos vários impérios que sucessivamente ascenderam e sucumbiram. Essa transferência de hegemonia foi, mais ou menos, a semente que viria a germinar, ou melhor, a intensificar a onda globalizante em que vivemos hoje.

Quanto a essa questão da hegemonia, é importante ressaltar que a ascensão industrial no oriente e em outros pontos do planeta vem proporcionando o controle declinante do ocidente. No entanto, isso não deve ser interpretado como uma diminuição do impacto das organizações, mas, o resultado da sua disseminação pelo mundo (GIDDENS, 1991).

Enquanto a prática do domínio destrutivo é muito antiga, a do domínio construtivo, pelo menos na forma conhecida atualmente, não é tão antiga assim. Podemos dividi-lo em três fases: na primeira, as empresas se organizaram para

produzir e comercializar os seus produtos dentro das fronteiras internas dos países; na segunda, descobriram que poderiam se fortalecer e conseguir melhores resultados abrindo as suas negociações com outros países, tanto em termos de aquisição de matéria-prima quanto, e principalmente, na venda de seus produtos; na terceira, essa atuação é expandida e passa a envolver escala mundial (IANNI, 1996a).

O termo globalização deriva de global e faz relação com o globo inteiro. Depois que o mundo se fragmentou nos seus inúmeros países, pode-se perceber que a globalização representa os esforços no sentido de agregar, dando unidade ao que outrora se desagregou. De maneira geral, os dicionários definem globalização como o resultado do que se pode considerar por inteiro ou em conjunto. Isso quer dizer que as ações em direção ao global já começam a caracterizar a globalização.

Então, dessa forma, podemos verificar que a globalização, em vez de ser um fenômeno recente, de dez ou cinquenta anos, na realidade remonta ao século XV ou talvez ao século XIII, resultante respectivamente dos empreendimentos de europeus e chineses. Foi no século XIII que os chineses, através da dinastia Ming, iniciaram o comércio marítimo além-mar. A partir do século XV, os europeus iniciaram a sua expansão marítima e comercial, conquistando e explorando territórios fora do seu continente.

Igual raciocínio pode ir mais além no tempo, considerando os possíveis deslocamentos ocorridos após o surgimento do *homo sapiens*, com os nômades, os índios ou mesmo a caminhada de Jesus pelo mundo no início da Era Cristã. O fluxo de pessoas, de produtos ou de influência é algo muito antigo.

Globalização significa também a interligação dos povos através de inúmeros relacionamentos, tanto econômicos como não-econômicos e daí surgem várias metáforas: sociedade global, sociedade moderna, aldeia global, fábrica global, cidade global, sociedade

pós-industrial, sociedade de consumo de massa, *shopping center* global (TOURAINÉ, 1998; IANNI, 1996a; IANNI 1997; VIEIRA, 1997).

É ainda a continuação da tendência em direção a uma maior integração econômica internacional como a que, de fato, tem ocorrido durante os últimos cinquenta anos (CAMDESSUS, 1997b). Envolve também [...]tendências para um alcance ou impacto de fenômenos sociais no mundo inteiro, é antiga e multidimensional[...] (THERBORN, 2000, p.88).

O termo surgiu, na prática, por causa de três outros desenvolvimentos que vieram juntos: tecnologia, economia e política. O primeiro envolve as mudanças trazidas pelos avanços da TI; o segundo está relacionado com as atuações das empresas no mercado mundial; o último é o resultado das modificações políticas, principalmente em relação às ocorridas após 1989, com o final da Guerra Fria (LUBBERS, 1998).

Globalização é:

[...]a intensificação das relações sociais em escala mundial, que ligam localidades distantes de tal maneira que acontecimentos locais são modelados por eventos ocorrendo a muitas milhas de distância e vice-versa[...] (GIDDENS, 1991, p.69).

A globalização pode ser interpretada como um processo de integração mundial nas comunicações, finanças, economia e negócios (BASSI, 1997).

A globalização, assim como a modernidade, são fenômenos que se tornaram mundiais. A modernidade se refere a estilo, costume de vida ou organização social que emergiram na Europa a partir do século XVII (GIDDENS, 1991).

A globalização também pode ser percebida como um processo no qual as distâncias geográficas são reduzidas nas relações que envolvem as fronteiras econômicas, políticas e socioculturais. [...]Essa internacionalização

potencial de relações e dependências causa medo, resistência, ações e reações[...] (LUBBERS; KOOREVAAR, 1998), principalmente da parte dos parceiros que não estão bem preparados para enfrentar o crescente acirramento da competitividade que vem junto com a era da globalização. Problemas como os desníveis sociais e de desenvolvimento são os principais motivos dessas reações.

A conclusão desses autores é que a globalização se apresenta como uma matriz de dois por dois, envolvendo movimentos e consequências. Os movimentos representam as mudanças provocadas pela tecnologia e pela hegemonia do capitalismo. As consequências envolvem os problemas que vão desde as esferas sociais, ambientais e de segurança, até os efeitos das repercussões em termos de atitudes e outras ações contra a globalização. Isso pode ocorrer devido ao aspecto novidade, pois, o que é novo é desconhecido e, como afirma Touraine (1998), todo problema social decorre de uma luta entre o passado e o futuro.

No geral, como podemos constatar, a globalização tende a ser um movimento em direção à integração mundial. Significa dizer que é um processo que visa à racionalização, uma vez que caminha para a competitividade em escala mundial. É talvez por isso que Giddens (1991) acredita que a tendência do mundo moderno é a globalização se intensificar cada vez mais.

Quanto a isso, a palavra-chave que Boaventura Santos utiliza para definir globalização é a influência; assinala que é o mecanismo pelo qual uma entidade local consegue estender sua influência a todo o globo (COULLON, 1995).

No entanto, Therborn (2000) alerta que nem sempre a globalização poderá significar a integração global, ao contrário, também pode significar polarização global. A globalização pode, por exemplo, polarizar definitivamente as sociedades entre os extremos da igualdade e da desigualdade.

A ação de uma entidade política em direção ao global pode ser feita na forma de domínio destrutivo ou intelectual, como vimos, mas também pode ocorrer na forma de integração, na qual acontece a união entre Estados visando a responder a desafios comuns (MOREIRA NETO, 1995), como ocorreu na União Européia, Nafta, Mercosul ou mesmo na “comunidade informal” entre o Japão e os Tigres Asiáticos (MEDEIROS, 1995).

A integração também pode ser vista como um:

[...]processo político entre governos nacionais visando à redução, parcial ou total, das barreiras tarifárias e não-tarifárias, que limitam o comércio recíproco[...] (SILVA, 1995, p.107).

Essa definição difere um pouco do que Ledur (1996) considera como verdadeira integração. Afirma que isso acontece quando existe uma união que visualize além de interesses puramente econômicos e comerciais.

A globalização também pode ser vista como a grande força mundial que vem derrubando uma série de paradigmas. A idéia de sociedade nacional está aos poucos caminhando em direção à sociedade global (VIEIRA, 1997); a TI está sendo a grande mentora dessa transformação. As organizações, de meramente nacionais no passado distante, passaram a multinacionais e posteriormente transnacionais. Com isso, a elaboração de produtos e serviços passa a ser realizada em micropartes nos mais distantes pontos do planeta, e busca vantagens estratégicas para a competitividade mundial.

As barreiras nas fronteiras nacionais contra o livre trânsito de mercadorias e pessoas estão sendo eliminadas aos poucos. No entanto, vale ressaltar que isso não se dá de forma linear nem uniforme. Nesse ponto, podemos fazer uma analogia da globalização com as ondas do mar no que diz respeito à correnteza e os seus fluxos e refluxos. Pressões surgem de todos os lados e podem alternar quadros de avanço e retrocesso.

Tomem-se, como exemplo, as barreiras contra a livre circulação da mão-de-obra. De qualquer forma, as quebras de barreiras aqui e ali, nessa ou naquela perspectiva, contribuem para a mudança da concepção tradicional de território.

O dinheiro como material físico, depois de ser utilizado nas formas de papel-moeda e de plástico, como cartões de crédito/débito, passa a ser substituído pelo dinheiro eletrônico e, dessa forma, pode dar a volta ao mundo num simples toque de tecla. As limitações de distância são minimizadas a cada vez mais, como resultado da evolução de várias tecnologias e os seus produtos (aviões, computadores, satélites, fibra óptica). A TI já permite a realização de atividades de forma virtual e, em consequência, os serviços e o comércio sofrem profunda modificação. Ambos já podem ser realizados à distância; é desnecessária a presença física para a realização de qualquer dos dois, quer seja local de trabalho ou a transação comercial. A diferença, no caso do comércio, é que não é mais necessário o contato humano no momento da concretização do negócio.

Um fato importante a considerar nessa nova era da globalização é quanto às relações entre corporações e países. O domínio de mercados das corporações transnacionais vem sendo crescentemente ampliado e, assim, elas se tornam cada vez mais poderosas. O poder de barganha é muito forte e elas aproveitam o ponto fraco dos governos nas suas necessidades de resolver os seus problemas internos, a exemplo do desemprego, desenvolvimento e outros problemas sociais, para criar condições favoráveis aos seus investimentos.

Dessa forma, por essas e outras razões de ordem econômica é que questões como a soberania e emancipação nacional vêm sendo afetadas por instituições e organizações transnacionais que se posicionam como se fossem hierarquicamente superiores às próprias nações (IANNI, 1997). Sem muitos rodeios, é a tendência de supremacia do poder econômico

sobre o poder político como uma das consequências do capitalismo (GIDDENS, 1991).

Essa supremacia, sendo gerada pela onda de influências mundo afora, apresentaria alguma semelhança ao que Elias (2000) atribui na relação entre os estabelecidos e os *outsiders* ou respectivamente influenciadores e influenciados.

Além disso, outras formas de influência são também normalmente aplicadas pelo capitalismo e o industrialismo, como contribuições para campanha, visando a eleger e criar vínculos de influência com os seus interesses entre políticos e até mesmo entre os próprios governantes. Grandes empresas como a General Motors ou Sony Corporation são economicamente mais fortes que uma série de pequenos países, e isso termina se traduzindo na transferência de poder do lado governamental para o privado, podendo assim provocar profundas mudanças e consequentes repercussões sociais.

A globalização pode significar uma onda de oportunidades, da mesma forma que pode representar um oceano de ameaças. Da mesma forma que se pode ter como benefício a ampliação do mercado de uma pequena região para o mundo todo, as ameaças poderão vir de todas as partes do mundo. Um pequeno exemplo disso é ameaça vinda da China e seus baixíssimos preços, proporcionados por fatores como a ditadura que força o reduzido preço da sua mão-de-obra.

O fenômeno da globalização envolve várias dimensões, entre estas, a ambiental, cultural, econômica, política e social. Junto com a globalização, surge um conjunto de premissas e preocupações em escala mundial que envolve cada uma dessas dimensões. Na esfera ambiental, o grande problema é a poluição ambiental e suas consequências. Por exemplo, cerca de 80% da poluição que provoca o efeito estufa vem dos países industrializados do hemisfério norte. Os EUA poluem mais o ambiente do que a China, mesmo tendo pouco mais de 1/5 da sua população.

Na esfera cultural, dá-se a grande penetração dos costumes americanos como a Coca-Cola, o *rock-in-roll*, o *fast food* ou a difusão cultural via produção de filmes. A mudança de hábito alimentar provocada pelo *fast food* é uma das causas da obesidade. O consumo alimentar é um exercício experimental de globalização e isso explica a disseminação do *fast food* pelo mundo. Um simples produto, a exemplo do forno de micro-ondas, provoca uma série de impactos que afeta os modos e estilos de vidas das pessoas (COULLON, 1995).

Na esfera econômica, que envolve as transações manufatureiras e financeiras, existem imensos problemas como os da máfia e das drogas, que movimentaram 500 bilhões de dólares no ano de 1995. A esse respeito, o chefe do Departamento de Combate às Drogas dos EUA afirmou ser esse o segundo maior comércio do mundo, abaixo apenas do de armas.

Na esfera política, ocorre a contínua e avançada perda de soberania dos Estados e, finalmente, na esfera social, estão os problemas dos colossais desníveis existentes no planeta (VIEIRA, 1997). Dessa forma, verificamos que o processo de globalização envolve a necessidade urgente de resolver inúmeros problemas, envolvendo as mais diversas dimensões, tais como: militar, financeira, religiosa, esportiva, comunicacional-cultural, interpessoal-afetiva, científico-tecnológica, epidemiológica e assim por diante.

É, provavelmente, pela existência de problemas tão profundos, principalmente nas esferas cultural e social que, lado a lado com fenômenos como integração, acontece a fragmentação, expressada por seus nacionalismos e regionalismos. Quase no mesmo instante em que a Europa edificava a sua união, a Iugoslávia, a Tchecoslováquia e a URSS se esfacelavam com os seus nacionalismos internos. No entanto, é curioso notar que movimentos de desagregação e agregação podem coexistir quase simultaneamente; isso foi e ainda é o caso dos países criados da extinta URSS, voltando-se agora

para fazer parte da UE. Outros movimentos separatistas ainda parecem não estar totalmente extintos na Espanha, Itália e Canadá. Inimigos mortais continuam em lutas intermináveis: Israel e países árabes, Irlanda e Inglaterra, Irã, Somália, Ruanda e outros países do continente africano, além, é claro, dos movimentos terroristas, cujos cruéis atos parecem nunca ter fim.

No entanto, é interessante notar que, apesar de todos esses nacionalismos, regionalismos e movimentos das mais variadas naturezas iniciarem e até se intensificarem, o que começa a predominar e a se concretizar é a sociedade global (IANNI, 1996a). Assim:

[...]as mesmas relações e forças que promovem a integração suscitam o antagonismo, já que elas sempre deparam diversidades, alteridades, desigualdades, tensões e contradições[...]. (IANNI, 1996b, p.36).

Ao se pensar na globalização não se pode deixar de ressaltar duas importantes forças: a fragmentação e a integração. Normalmente, a fragmentação ocorre através de conflitos como os assinalados acima. A integração, ao contrário, pode ser efetuada de várias formas, como: zona de tarifas preferenciais; zona de livre comércio; união aduaneira; mercado comum; ou união econômica. A União Européia, o Mercado Comum do Sul (Mercosul) e o North American Free Trade Agreement (Nafta) são alguns exemplos de integração. Uma das principais intenções de movimentos de integração como esses é a criação de grandes mercados que possam fazer germinar empresas poderosas e ampliar o domínio.

Um dos objetivos definidos na criação do Mercosul é [...]aceleração dos processos de desenvolvimento econômico com justiça social[...]. Analisando a realidade dos países signatários do bloco, pode-se observar que essa “justiça social”, na prática, nunca aconteceu. Vejamos o caso do Brasil, um dos países campeões de desníveis sociais. Algumas poucas

regiões possuem padrão de vida e desenvolvimento, de certa forma, compatíveis com o Primeiro Mundo, enquanto outras só encontram paralelo com a grande maioria dos países pobres e miseráveis da África.

O Mercosul, ao contrário do que está escrito, não deu atenção alguma aos direitos sociais. Nesse sentido, como lembra Ledur (1996), a exclusão já começa pelo nome, que considera apenas a parte Sul e Sudeste do Brasil. Lembra ainda outros fatores negativos, tais como a falta de interesse político em se criar projetos que contemplem a população de todas as regiões do país. Não é preciso muito conhecimento do Brasil para verificar que essa "*falta de interesse político*" acontece tanto do governo federal para com os governos estaduais, assim como destes para com os municipais.

Quanto ao potencial dos blocos, a UE e o Nafta se equivalem em praticamente tudo, com pequena vantagem da UE. Considerando o território, o Nafta é, de longe, o maior bloco do mundo; considerando a população, os Tigres Asiáticos, incorporando a China, formam o maior bloco do mundo. O Japão, com o seu PNB, poderia ser uma potência em todos os sentidos, se tivesse um grande mercado interno, a exemplo do que ocorre com os EUA.

Essa análise de potencial é importante para dar uma idéia do poder real de cada bloco no cenário mundial. O Mercosul é mais de oito vezes menor em termos de potencial de consumo do que o maior bloco do mundo, a UE.

O poder da tríade ilustra bem o nível das desigualdades no mundo. A UE, o Nafta e o Japão, juntos, somam apenas 15,4% da população mundial, 18,3% do território mundial e, mesmo assim, são responsáveis por cerca de três quartos do Produto Nacional Bruto do planeta. Considerando esse grupo, os Tigres Asiáticos e o Mercosul, esse índice sobe para mais de oitenta por cento (TWB, 2008).

Concretizando-se a idéia da criação da Área Hemisférica de Livre Comércio das Américas - Alca, esta passaria a ser o maior bloco do

mundo. Neste aspecto, a situação do Brasil é de incerteza, pois, se entra, é possível que o parque industrial seja fortemente afetado, tendo como consequência direta o desemprego e o crescimento. Se não entra, o país perde a oportunidade e fica em desvantagem na participação do mercado norte-americano em relação aos demais que aderirem. Portanto, esse assunto parece ser altamente benéfico apenas para os EUA. Ao mesmo tempo, problemático e de incerteza para os demais países da América, inclusive em função das imensas disparidades econômicas, culturais e sociais entre os envolvidos. Dessa forma, essa integração, se concretizada um dia, provavelmente não resultará num futuro político sólido (MEDEIROS, 1995).

Quanto a questão das desigualdades, Giddens (1999) introduz os conceitos de inclusão e exclusão. Nessa concepção, o extrato social estaria subdividido em três grandes grupos: os incluídos que estão em condições de igualdade; os incluídos, mas que não estão em condições de igualdade; e os excluídos. Enquanto os dois primeiros grupos poderiam ser representados por dois extremos separados por um *continuum* que envolveria várias graduações, o terceiro seria uma situação à parte, totalmente fora desse *continuum*. Os excluídos são compostos por aqueles indivíduos totalmente marginalizados pelo sistema e fora de sua participação.

A problemática da igualdade e desigualdade pode ser acionada por uma série de mecanismos, entre os quais estão: 1) Iniciativas de produção; 2) Estruturas e oportunidade / extensões de mercado; 3) Iniciativas estatais; e 4) Influências socioculturais. O primeiro desses mecanismos envolve a produção e a produtividade e é capitaneado pelas corporações. O segundo deles envolve um grande Estado e será abordado mais à frente. O terceiro é um mecanismo-chave que tem o poder de afetar todos os demais. O poder do Estado é decisivo para determinar o crescimento ou a estagnação de um país e mais ainda para afetar o

montante da desigualdade entre os seus habitantes (THERBORN, 2000).

O quarto mecanismo é acionado através da comunicação, do conhecimento, da persuasão, e da dissuasão de identidades e valores.

Desses quatro principais mecanismos que afetam diretamente as desigualdades, levando em conta a relevância, o primeiro e o terceiro serão tratados com maior destaque.

Quanto às forças da globalização, a TI é, talvez, a mais relevante delas, sendo a responsável direta pela revolução da informação ou, como outros afirmam, pela era da informação que estamos vivendo. A informação exerce um relevante e decisivo papel em esferas que vão desde os negócios ao conhecimento, desde os aspectos culturais aos sociais. O sistema de produção de bens materiais vem se deslocando para a produção e distribuição de conhecimento e informação (GIDDENS, 1991; DRUCKER, 1993).

As interligações entre os povos são, em grande parte, possibilitadas pelas várias ferramentas da TI com os seus inúmeros produtos provenientes das tecnologias de telecomunicações e da informática, sejam sociais, financeiras, mercadológicas, esportivas, culturais, ou de qualquer outra natureza.

Como exemplo de interligação financeira, temos a facilidade com que o capital circula pelo mundo, injetando recursos nos mais diversos pontos do planeta, destacando-se a existência do dinheiro eletrônico, a facilidade que os cidadãos encontram em sacar dinheiro em praticamente qualquer local, inclusive em outros continentes; as compensações eletrônicas de fundos são todas viabilizadas pela TI.

No ano de 1995, a circulação financeira internacional (1 trilhão de dólares), foi quarenta vezes maior do que as necessidades de negociação de bens e serviços, que apresentaram uma soma de 20 a 25 bilhões de dólares (DOWBOR, 1994; VIEIRA, 1997).

Como exemplo de interligação mercadológica ou de negócios, temos o emergente comércio eletrônico que funciona

estruturado na Internet. O comércio eletrônico é como uma feira mundial de produtos e serviços que, ao contrário de todas as outras feiras convencionais, passa a ter a possibilidade de participação de todos os habitantes do planeta, com a vantagem adicional de não ter dia nem hora para terminar. A condição básica para algo dessa magnitude é funcionar ininterruptamente durante o dia, noite, madrugada, sábados, domingos e feriados, até porque o mundo nunca para; sempre é dia em algum lugar.

Como exemplo de interligação social, cultural e esportiva, temos as listas de discussão que permitem a participação ativa de qualquer habitante do planeta, substituindo o que antes só era possível com um número reduzido de pessoas e em um mesmo local físico. Assuntos como a globalização passam imediatamente a ser discutidos em escala global, com a participação potencial passiva e / ou ativa de habitantes da América, da Europa, da Ásia ou de qualquer outra parte; é a aldeia global no sentido estrito da palavra. O correio eletrônico substitui, em parte, o correio tradicional.

Esses e outros serviços disponibilizados pelos recursos da TI fazem da informação o elemento-chave para o desenvolvimento de empresas, países e pessoas, além de propiciar grande impacto social. Essa informação, que agora pode circular o planeta com o toque de uma tecla, ajuda o mundo a realizar negócios, a divulgar conhecimentos com maior rapidez e respectivas consequências sociais. Depois da grande mudança pela qual a humanidade passou, a Revolução Industrial, estamos entrando na revolução da informação, na era da informação ou era do conhecimento (DRUCKER, 1993; CAVALCANTI, 1995).

A TI, enfim, é uma das alavancas que movimentam e contribuem para a globalização se tornar realidade (LUBBERS; KOOREVAAR, 1998). A formulação de estratégias, a busca dos desejos e necessidades dos consumidores, bem como a constante procura por uma melhor qualidade de

vida são alguns dos benefícios proporcionados pela TI.

3. A GLOBALIZAÇÃO E ALGUNS DOS SEUS PRINCIPAIS ATORES

É interessante notar o relacionamento existente entre um grande mercado, grandes empresas e um grande Estado (grande Estado em todos os sentidos, em termos de desenvolvimento, poder industrial, poder comercial e econômico, poder político, riqueza e um grande território/mercado). Um grande mercado é normalmente um campo fértil e germinador para o desenvolvimento e consolidação de grandes empresas que, por sua vez, torna-se a base para a existência de um grande Estado. Isso se torna verdadeiro quando acompanhado de competência gerencial nos âmbitos público e privado. Não é à toa que Therborn (2000) assinala essas preocupações como um dos mecanismos que afeta as desigualdades.

Analisados pelo aspecto de tamanho, os maiores territórios do mundo são, em ordem decrescente: Rússia, Canadá, China, EUA, Brasil e Índia. Rússia, China, Brasil e Índia possuem grandes territórios e grandes mercados, mas não conseguiram se consolidar efetivamente como países desenvolvidos. Considerando o conhecido pensamento de Peter Drucker, que procura perceber um país subdesenvolvido não pelo fato em si de ser, mas, pelas circunstâncias efetivas que levam a isso, considera que os que se situam nessa condição o são por conta da incompetência gerencial. Então, tomando essa premissa como verdadeira, podemos constatar que a falta de competência gerencial desses países os impediu de se consolidarem como Estados desenvolvidos, poderosos e ricos. Evidentemente outros fatores também contribuem para isso.

O Canadá e a Austrália, apesar de possuírem imensos territórios, possuem, de certa forma, mercados modestos. O Canadá, por

exemplo, é quase doze vezes menor que o seu vizinho, os EUA, que conseguiu desenvolver um grande Estado, a maior potência do planeta e sem concorrente à altura. O Brasil, apesar de ser o quinto maior em território, é apenas a décima quarta economia do mundo.

Quando olhamos para o G7, o que encontramos? Os EUA, um país de robustez impressionante, ao lado do Japão, com um PNB quase equivalente, mas altamente vulnerável às possíveis instabilidades políticas dos países importadores de seus produtos, já que o seu mercado é muito inferior à sua capacidade de produção. Em termos de território, o G7 está representado pelos EUA e, considerando a extensão territorial, por mais seis anos, pois poderia muito bem ser comparado a uma de suas unidades de federação.

Esse encadeamento entre um grande mercado, a germinação de grandes empresas e um grande Estado vem demonstrar o motivo do interesse de empresários, governos e investidores na formação de blocos. Visões como essa inspiraram atitudes como a dos europeus na formação de sua união. Países diminutos territorialmente ou cidades-Estado, como o Japão, Cingapura, Hong Kong ou Formosa conseguiram desenvolver força industrial poderosa através, basicamente, da abertura de mercado promovida pelos EUA, criando assim uma relação de extrema dependência. Como toda dependência gera vulnerabilidades, é natural que isso ocorra a todos os países que possuem capacidade produtiva muito superior à demanda interna. A diferença a ser escoada para o exterior fica vulnerável a taxações e outras atitudes dos importadores, por exemplo.

Essas considerações são relevantes inclusive pelo fato de, mesmo considerando as forças da globalização e todas as forças que a amparam, o comércio mundial não vem se desenvolvendo com mais rapidez que as economias nacionais (THERBORN, 2000). Talvez por isso os críticos acreditem que a economia

internacional ainda não é global (CASTELLS, 1999).

Uma das consequências da globalização é a intensificação da competitividade que, por sua vez, requer um maior nível de preparação dos seus atores. Levando-se isso em conta, parece oportuno a análise de algumas das categorias de atores, tais como: blocos, Estados-nação, unidades de federação (ou formação equivalente), cidades, organizações e cidadãos.

O relacionamento existente em termos de integração ou negociação das mais diversas formas no ambiente da globalização irá, em diferentes momentos, envolver cada uma dessas categorias. Dessa forma, quais poderão ser as chances de sucesso que os atores de cada uma dessas categorias terão em regiões e países emergentes, como os da América do Sul, ou mais especificamente, o Brasil?

A intensificação da competitividade parece afetar não apenas as organizações privadas, mas os atores de várias categorias, tais como Estados-nação, organizações e cidadãos. Os relacionamentos tendem a se intensificar e, como resultado possível a cada um deles, pode ocorrer vantagem para um dos lados ou, o que pode ser mais difícil, a simetria dos relacionamentos. Para se conseguir vantagem num relacionamento é preciso estar preparado em todos os aspectos, inclusive e principalmente, no que diz respeito ao conhecimento.

Na primeira categoria, os blocos estão acima dos países. A nação, como afirma Touraine (1998) é a forma política da modernidade que deve se inspirar em princípios da razão e da igualdade.

Quadro 1 - Categorias dos atores da Globalização

Nível	Categoria	ALGUNS DOS PRINCIPAIS CONDICIONANTES
1	BLOCOS	Fortalecimento da união, potencial do PIB, etc.

2	Estados-nação	Competência gerencial, infraestrutura, níveis de desigualdade, divisas, potencial do PIB, etc.
3	Unidades de Federação	Competência gerencial, infraestrutura, potencial do PIB, etc.
4	Cidades	Competência gerencial, infraestrutura, potencial do PIB, tamanho, etc.
5	Organizações	Competência gerencial, presença mundial, marca mundial, disponibilidade de recursos, etc.
6	Cidadãos	Analfabetismo linguístico, "analfabetismo" de informática, poder aquisitivo, graus educacionais, acesso à Internet, etc.

Nesse momento, considerando os principais condicionantes de cada categoria, vários questionamentos podem ser formulados. Um deles pode ser a verificação quanto ao grau de preparação que um país emergente, como o Brasil, possui para enfrentar as ameaças da globalização. Então, uma série de preocupações aflora: o analfabetismo ou quase analfabetismo, a preparação profissional inadequada, a preparação dos políticos, a infraestrutura nacional: estradas, ferrovias, universidades, escolas, hospitais, maquinários os mais diversos, os níveis de desigualdades e o problema do custo Brasil. Essas e outras são preocupações que visam a analisar as chances que os atores brasileiros podem ter diante da globalização.

Questões como essas são problemas da globalização. Países despreparados tenderão a não conseguir participação efetiva no contexto mundial e ficar marginalizados do processo (CAMDESSUS, 1997). Problemas dessa natureza contribuem para a intensificação dos extremos: de um lado, acúmulo cada vez maior de riquezas; do outro, um quadro crescente de pobreza,

marginalização e as consequências sociais subjacentes.

Vamos agora, por um lance de pura analogia sistêmica, associar o Brasil com o que talvez haja de mais perfeito na natureza: o homem. Pensando no homem, poderíamos visualizar um atleta e, assim, imaginá-lo numa competição. Este hipotético atleta mais estaria para um monstro, uma criatura do apocalipse, não apenas irregular, mas completamente disforme. Um monstro, não pela sua capacidade, sua força, sua inteligência ou mesmo sua perspicácia, mas um paquiderme, sem praticamente nenhuma chance de sucesso nessa competição imaginária. Se, por um lado, apresenta um braço tão forte quanto o de um verdadeiro campeão de boxe, São Paulo, 33,9% do PIB Brasil em 2005 e 31,8% em 2003, apresenta o outro tão raquítico quanto o de um habitante da miserável e arrasada Etiópia, Pernambuco, 2,3% do PIB Brasil em 2005 e 2,7% em 2003 (IBGE, 2008). Ver Quadro 2.

Quadro 2 – PIB, população e PIB *per capita* classificados por UF

Classificado por PIB			
	UF	PIB	%
1	São Paulo	727,1	33,9
2	São Paulo cap	416,5	19,4
3	R Janeiro	246,9	11,5
4	Minas Gerais	192,6	9,0
5	R G Sul	144,3	6,7
6	Paraná	126,6	5,9
7	Bahia	90,9	4,2
8	S Catarina	85,3	4,0
9	D Federal	80,5	3,7
10	Goiás	50,5	2,4
11	Pernambuco	49,9	2,3
12	E Santo	47,2	2,2
13	Ceará	40,9	1,9
14	Pará	39,2	1,8
15	M Grosso	37,5	1,7
16	Amazonas	33,4	1,6
17	Maranhão	25,3	1,2

18	M G Sul	21,6	1,0
19	R G Norte	17,9	0,8
20	Paraíba	16,9	0,8
21	Alagoas	14,1	0,7
22	Sergipe	13,4	0,6
23	Rondônia	12,9	0,6
24	Piauí	11,1	0,5
25	Tocantins	9,1	0,4
26	Acre	4,5	0,2
27	Amapá	4,4	0,2
28	Roraima	3,2	0,1
	Totais	2.147,2	100,0

Classificado por População

	UF	Pop	%
1	São Paulo	40,4	22,0
2	São Paulo cap	19,4	10,5
3	Minas Gerais	19,2	10,4
4	R Janeiro	15,4	8,4
5	Bahia	13,8	7,5
6	R G Sul	10,8	5,9
7	Paraná	10,3	5,6
8	Pernambuco	8,4	4,6
9	Ceará	8,1	4,4
10	Pará	7,0	3,8
11	Maranhão	6,1	3,3
12	S Catarina	5,9	3,2
13	Goiás	5,6	3,1
14	Paraíba	3,6	2,0
15	E Santo	3,4	1,9
16	Amazonas	3,2	1,8
17	Alagoas	3,0	1,6
18	Piauí	3,0	1,6
19	R G Norte	3,0	1,6
20	M Grosso	2,8	1,5
21	D Federal	2,3	1,3
22	M G Sul	2,3	1,2
23	Sergipe	2,0	1,1
24	Rondônia	1,5	0,8
25	Tocantins	1,3	0,7
26	Acre	0,7	0,4
27	Amapá	0,6	0,3
28	Roraima	0,4	0,2

Totais	184,2	100,0
Classificado por PIB pcap		
UF	PP	
1 D Federal	34,5	
2 São Paulo cap	21,5	
3 São Paulo	18,0	
4 R Janeiro	16,1	
5 S Catarina	14,5	
6 E Santo	13,8	
7 M Grosso	13,4	
8 R G Sul	13,3	
9 Paraná	12,3	
10 Amazonas	10,3	
11 Minas Gerais	10,0	
12 M G Sul	9,6	
13 Goiás	9,0	
14 Rondônia	8,4	
15 Roraima	8,1	
16 Amapá	7,3	
17 Tocantins	7,0	
18 Sergipe	6,8	
19 Acre	6,7	
20 Bahia	6,6	
21 R G Norte	5,9	
22 Pernambuco	5,9	
23 Pará	5,6	
24 Ceará	5,1	
25 Paraíba	4,7	
26 Alagoas	4,7	
27 Maranhão	4,1	
28 Piauí	3,7	
Totais	11,7	

Fonte: Dados do IBGE

Obs. Dados de 2005. PIB milhões de Reais. PP = PIB per – capita.

Continuando a imaginação da hipotética “olimpíada globalização”, podemos pensar que a competição agora é uma maratona: a perna direita do atleta, o sudeste, 55,7 % do PIB Brasil, aguenta a *parada*, mas a outra perna, o norte, 4,5% do PIB Brasil, decididamente não consegue acompanhar, está atrofiada. A constituição

muscular da perna direita, a Região Metropolitana da capital de São Paulo, 19,4% do PIB aguenta firme, está pronta para a disputa e para resistir as suas diversidades, porém, a perna esquerda, a Região Metropolitana de Recife (RMR), 1,7% do PIB, não conseguirá acompanhar; apresenta sinais de necrose. A infeliz conclusão que se pode tirar é que esse hipotético atleta não tem chances de sucesso, certamente não conseguiria sequer a arrancada inicial, tombaria logo no começo.

É interessante notar que, à exceção de Santa Catarina, esse mesmo hiato de desigualdade que envolve as regiões do país e os estados federados, repete-se em cada um destes estados federados, quando se compara as regiões metropolitanas de suas capitais e os demais municípios.

Assim, é relevante rever aqui os conceitos de inclusão e exclusão introduzidos por Giddens (1999) em relação à desigualdade, por parecerem extremamente oportunos. Essa contextualização encontra um paralelo real de ocorrência, principalmente nos países do Terceiro Mundo, a exemplo do Brasil. No entanto, a realidade brasileira parece exigir uma complementação a essa contextualização teórica de Giddens, ou seja, analisando-se pelo outro lado da moeda, a desigualdade poderia também ser visualizada pela percepção de dois outros grupos: os beneficiados e os desprezados. Abordando essa outra concepção pela perspectiva geográfica, a população beneficiada seria toda aquela residente nos municípios onde o poder político está constituído (poder político referindo-se aos governos federal e estaduais).

As evidências do caso brasileiro demonstram que, de maneira geral, isso é mais regra que exceção e, sendo assim, o restante da população dos demais municípios são os desprezados ou esquecidos.

O termo beneficiado significa receber direta ou indiretamente benefício proveniente da distribuição pública de bens, seja em obras de infraestrutura ou qualquer outra que venha a

beneficiar a população como um todo. O termo desprezado significa exatamente o contrário, a insuficiência parcial ou omissão total do poder público em relação à distribuição de bens públicos para essas localidades. Nesse caso, o problema tende a se agravar, pois, na insuficiência de obras de infraestrutura, os investimentos da iniciativa privada em indústrias e outros empreendimentos terminam sendo canalizados para os locais aonde se encontram essas facilidades, ou seja, quase sempre nas mesmas localidades onde o poder político está constituído.

Esse parece ser um dos principais motivos do desenvolvimento das regiões metropolitanas das capitais ser superior em vinte e cinco das vinte e seis unidades da federação. Com isso, essas regiões ficam com a hegemonia total das suas respectivas unidades da federação, ou seja, além de já sediarem o poder político, concentram também o poder comercial, o poder industrial e a maior população.

Várias evidências empíricas podem explicar e, de certa forma comprovar essa suposição, senão vejamos: 1) À exceção de Santa Catarina, em todas as demais unidades da federação, o maior PIB está concentrado na região metropolitana onde os seus respectivos poderes políticos estão constituídos; 2) O PIB acumulado dessas regiões metropolitanas, que abrange 407 municípios, corresponde a 40,8% do PIB de todo o Brasil; 3) O restante é o PIB acumulado dos demais 5.154 municípios brasileiros, ou seja, 59,2%; 4) Com isso, as regiões metropolitanas das capitais produzem, em média, dez vezes mais riquezas que o resto do Brasil; 5) O PIB da região metropolitana de São Paulo é 38,5% do PIB acumulado de todas as demais regiões metropolitanas (considerando-se apenas as regiões metropolitanas das capitais brasileiras); 6) A extrema concentração do desenvolvimento do Brasil também pode ser demonstrado com o que acontece com a maior cidade brasileira. O PIB da região metropolitana da cidade de São Paulo é também maior do que o

PIB do estado do Rio de Janeiro, que, em termos das unidades da federação é o segundo maior do Brasil (IBGE, 2008).

Considerando as demais unidades da federação isoladamente pode-se perceber que as desigualdades são até mais acentuadas, senão vejamos: 1) A concentração da Região Metropolitana do Recife sobre o estado de Pernambuco é impressionante: 63,4% do PIB, 42,6% da população, tudo isso em apenas 2,8% do território (PERNAMBUCO, 2004); 2) A realidade não é muito diferente em outras unidades de federação; Ceará 62,4% do PIB e 41% da população, Alagoas, 63,7% do PIB e 36,3% da população, Espírito Santo, 64,1% do PIB e 47,3% da população, Rio de Janeiro, 55,7% do PIB e 74% da população e São Paulo, 49,4% do PIB e 48,1% da população.

As desigualdades, além de proporcionar diversas mazelas, parecem estar diretamente relacionadas com a violência. O estado de Pernambuco, um dos campeões brasileiros de desigualdades, é também o campeão da violência, apresenta a maior taxa de homicídios do Brasil. Enquanto isso, o estado de Santa Catarina, que apresenta níveis menores de desigualdades, apresenta a segunda menor taxa de violência (WAISELFISZ, 2006).

Dessa forma, não é preciso muito esforço para se verificar o imenso abismo que representa as desigualdades no Brasil. Considerando principalmente a questão social, é claro que outros fatores devem ser levados em consideração, tais como saúde, educação e outros. No entanto, essas comparações em relação ao PIB são apenas por causa do peso com que a questão geração de riqueza tende a afetar todas as demais principalmente as de natureza social.

Na hora da decisão de distribuir os investimentos e os bens públicos, os políticos deveriam ter em mente o princípio básico da democracia, que determina que o que não pode ser feito para todos não deve ser feito para alguns. Assim, a distribuição irregular que

alimenta as desigualdades vai de encontro a esse princípio (SANTOS, 2003).

Considerando o caso de um estado do nordeste brasileiro, as diretrizes traçadas no documento “Estratégias de Desenvolvimento Local de Pernambuco” preveem um montante de investimento de 49% de todo o investimento do estado para apenas 2,8% do seu território que é exatamente o da RMR. Considerando a média de investimento por habitante, o maior valor é também o dessa região, ou seja, 457,04. Na verdade a região agreste central aparece no documento com a maior média por habitante, mas parece ter havido um equívoco, uma vez que está computado o valor da BR 232, que não beneficia apenas essa região. Só o valor dessa obra corresponde a 65% do montante aplicado na região. As médias das demais regiões, que são as menos favorecidas, variam entre 172,16 a 388,69 (PERNAMBUCO, 2004).

Essas regiões menos favorecidas compreendem a área do que chamamos anteriormente dos desprezados, em adição à teoria conceitual de Giddens sobre a inclusão e exclusão.

Esses dados parecem oferecer comprovação inequívoca do problema dos desprezados no contexto do Brasil. Certamente a realidade das demais unidades de federação, à exceção de Santa Catarina não deve ser muito diferente da que se encontra em Pernambuco.

Daí cabe questionar: será que o critério populacional é o mais indicado para definir os investimentos? Será que esse critério conseguirá algum dia reverter o quadro das desigualdades regionais? Será que se consegue resolver o problema das desigualdades regionais definindo os maiores percentuais de investimento exatamente para as áreas das regiões metropolitanas das capitais? Por que penalizar os excluídos e os desprezados?

Nesse momento, é interessante refletir sobre as mazelas que as desigualdades podem proporcionar. O problema não se restringe ao sofrimento dos excluídos e dos desprezados.

Quando os níveis de desigualdades são profundos, como no caso brasileiro, aliam-se a eles outros problemas, como a submissão e situações de escravidão, total ou relativa. Além disso, são cruciais para a participação externa, pois, segundo Therborn (2000, p.83):

[...]competidores bem-sucedidos, muito dependentes do mercado mundial, se projetaram com distribuições de renda relativamente igualitárias[...].

À exceção de Santa Catarina, a desigualdade é encontrada em todas as unidades da federação do Brasil em relação às suas capitais e demais municípios, seja em termos de população, potencial industrial, potencial comercial, poder aquisitivo, volume de investimento público ou praticamente qualquer outra forma de comparação que possa ser utilizada.

Esse problema pode ser consequência da mentalidade que se fixou no Brasil desde a época do seu surgimento. A história brasileira se inspirou na mentalidade e nos motivos medievais que impulsionaram os descobrimentos e que os diferenciam consideravelmente do que ocorreu com os Estados Unidos (WEFFORT, 2005). Sendo assim, a mentalidade dos políticos brasileiros talvez funcione a partir da concepção dualista que envolve o favor ou a obrigação. Considerando essa premissa como verdadeira, a distribuição de bens públicos onde o poder estar constituído seria obrigação do governo. Enquanto isso, para as demais localidades, seja lá o que for feito, tratar-se-ia de um favor que o município ou povoado ficaria devendo ao governo ou mais precisamente, ao governante.

Nesse raciocínio, a capital, como sede do poder, seria tratada como o filho legítimo de um casamento, teria direito a tudo e a obrigação de receber os bens, enquanto para os demais, a percepção parece ser a mesma que se tem de filhos não legítimos, o destino seria o mesmo da “gata borralheira”, restando, portanto, a dor e o

sofrimento. A realidade que se observa Brasil afora no que diz respeito à distribuição de bens públicos em locais próximos ao poder, em detrimento dos demais, são evidências em favor desse pensamento.

Assim, o problema das desigualdades regionais é decorrente da falta de uma política que promova o desenvolvimento igualitário e até crie fórmulas de incentivo para que isso venha a ocorrer. A esse respeito, o International Monetary Fund (2006) trata em conferência do nexo existente entre a política, a economia e a equidade. Dessa forma, aponta algumas razões para a sua preocupação como redução da pobreza, justiça social e a preocupação quanto a políticas que afetarão as próximas gerações. Observando o nosso co-irmão, o gigante do Norte, vemos um desenvolvimento por igual, inclusive nas regiões que outrora fizeram parte do miserável e subdesenvolvido México. Lá, parece existir uma concepção bastante clara entre poder político e o poder do capital, ou seja, evitar que os dois se concentrem num mesmo local. Flórida e o estado de Nova Iorque são exemplos da separação regional desses poderes, onde está um não está o outro.

Dessa forma, é interessante notar que o mesmo governo brasileiro que vive pedindo, implorando da comunidade internacional tratamento igualitário, eliminação de preconceitos e a prática de políticas que propiciem o desenvolvimento equilibrado entre os países industrializados e os emergentes, esquece completamente esse posicionamento quando se volta para o contexto interno. Nesse sentido, é lamentável ver atitudes como a do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso quando, em pleno mandato, em vez de oferecer solução às solicitações de um alto executivo de uma empresa que havia se estabelecido na região norte, limitou-se a questioná-lo, [...] *por que você não instalou a sua empresa em São Paulo?* [...]. Mentalidades como essa contribuem para aumentar as desigualdades, a exemplo da região sudeste, com somente quatro unidades da

federação, tem um PIB maior que a soma de todas as outras regiões do país.

Equívoco semelhante tem contaminado os governos das unidades da federação e provavelmente pode ser originário da mentalidade da época das capitânias hereditárias ou talvez das monarquias na qual as contribuições (impostos) tinham apenas uma ou duas finalidades: servir ao rei ou a seus súditos mais próximos, de forma que as verbas sempre serviriam para atender aos prazeres do rei, para serem aplicadas no palácio real ou, no máximo, nas suas redondezas imediatas.

No Brasil de hoje, pouca coisa parece ter mudado. A monarquia foi substituída pela República, as capitânias deixaram de ser hereditárias e passaram a ser denominadas de unidades da federação. Em suma, tudo leva a crer que foi apenas uma substituição de nomes; o rei agora é chamado de presidente e foram criados alguns outros reis de segunda categoria, que passaram a ser denominados de governadores. A mentalidade parece continuar a mesma. Uma mentalidade que pode ser consequência da desigualdade herdada da cultura medieval ibérica que se estabeleceu como sendo algo natural (WEFFORT, 2005).

O resultado pode ser verificado, por exemplo, na concentração populacional. No caso de Pernambuco, 42,6% da população estão concentrados em apenas 2,8% do seu território (PERNAMBUCO, 2004).

Como bem lembra Deleuze, nessas condições, falar em estado de Pernambuco é questionar: *mas que Pernambuco, isso existe de fato ou é apenas imaginação?* Diga-se o mesmo em relação aos demais estados e ao Brasil como um todo. Afinal, Brasil, que Brasil? Isso existe? Que Brasil é esse que, para onde se olha é uma imensidão de tamanhas desigualdades?

Analisando sobre a realidade do Primeiro Mundo, Kennedy (1993) afirma que o Estado é o “tipo errado” de unidade para lidar com os desafios do futuro. [...] *Para alguns problemas, ele é grande demais para funcionar com*

eficiência; para outros, é pequeno demais[...]. Afirmar isso de uma realidade que envolve países competentes como os do Primeiro Mundo, é uma coisa, imaginem o que ele diria como resultado de uma análise da realidade brasileira? Pobre Brasil...

Quanto à quarta categoria (as cidades), segundo dados das Nações Unidas, a sociedade ocidental é eminentemente urbana; enquanto em 1950 o seu contingente global era de apenas 25%, estima-se que em 2010 passe a 75% da população (COULLON, 1995).

Nessa categoria, o Brasil apresenta concentração acentuada em um número reduzido de cidades. Nas quatorze maiores cidades do país, habitam 20% da população (isso sem contar a população circunvizinha de cada uma delas). Se a existência de cidades enormes e até megalópoles fosse positiva, isso não seria uma característica eminentemente de países subdesenvolvidos, pois, segundo Vieira (1997), em 2025 dezessete das vinte maiores cidades estarão situadas na Ásia, África e América Latina.

O problema das desigualdades crescentes entre as cidades, e também entre as regiões costeiras e periféricas do interior, assim como ocorre no Brasil, foi alvo de alerta do Banco Mundial às autoridades da China (THERBORN, 2000).

Diante de tantas desigualdades, como podemos acreditar na intenção da chamada "justiça social" estabelecida nos planejamentos, declarações e outros documentos oficiais ou mesmo nas intenções do Mercosul?

Quanto à quinta categoria, as corporações são os agentes dominantes da economia mundial, Giddens (1991). De todas as categorias, talvez seja nessa que a competitividade se apresenta de forma mais intensa. A luta pelo sucesso e até pela sobrevivência tem levado o mundo dos negócios a desenvolver técnicas avançadas de inteligência competitiva e, às vezes, a extrapolar a legalidade, utilizando-se de práticas de espionagem.

No cenário dos negócios, a percepção das marcas de seus produtos é o que caracteriza a sua solidez. Empresas sólidas têm igualmente marcas bem fixadas na percepção dos consumidores. Nesse ponto, as empresas brasileiras não têm absolutamente marca em nível mundial e sua presença se resume basicamente a *commodities*. É importante frisar que a importância da existência de marca em nível mundial envolve outros benefícios, além dos de ordem puramente econômica. Como afirma Ianni (1996a), "*nenhuma mercadoria é inocente*". Junto com ela existe um símbolo, um significado, uma associação com algo, um modo de ser, sentir e imaginar, uma ilusão, uma idéia, uma opinião. E, o que é mais importante para a empresa e o país de origem, cria vínculos de influência e podem se transformar no fator-chave no cenário da globalização. Para isso, basta ver o que acontece com os filmes, telenovelas, agências de notícias e produtos como a Coca-Cola e até o *fast-food*.

No que diz respeito à sexta categoria (cidadãos), fica extremamente complicado para os brasileiros participarem ativamente quando estão diante de grandes problemas estruturais, como o do analfabetismo, tanto na língua materna como na língua inglesa, o "analfabetismo" em termos de informática, o baixo nível do grau educacional e o baixo poder aquisitivo, além de uma série de outros.

É nos relacionamentos existentes entre estas duas últimas categorias que provavelmente pairam as maiores contradições da globalização:

QUADRO 3 - CONTRADIÇÕES DA GLOBALIZAÇÃO

1	Busca emprego Busca competitividade	2	Integração dos mercados Produção customizada
3	Busca incessante de lucros Busca por uma qualidade de vida melhor		

A primeira contradição pode ser sintetizada na Figura 1, na qual o cidadão, exercendo o papel do consumidor (CC) cobra, entre outros, menores preços e melhor qualidade. Isso equivale à força F1 em direção a empresa como vendedora (EV) que, por sua vez, responde com automação, desenvolvimentos tecnológicos. Isso equivale à força F2 em direção ao cidadão como empregado. Os efeitos em cascata são: a redução de empregos, efeito E1 da empresa como contratante (EC), que vai afetar diretamente o consumidor como cidadão empregado (CE), com a redução do seu poder aquisitivo e como efeito bumerangue, a consequência é o efeito E2 com a queda nas vendas das empresas.

Essa contradição apresenta pelo menos um lado positivo e um negativo, ao menos na concepção da sociedade de consumo: o lado negativo é a redução de oportunidades de trabalho e renda; o lado positivo é que o processo de globalização realimenta o crescimento da produtividade, à medida que a concorrência mundial força as empresas a isso (CASTELLS, 1999). É a luta pela “World Class”.

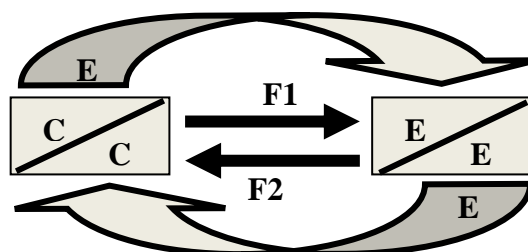
Na segunda contradição, a integração dos mercados sugere a oferta de produtos em nível mundial e esta, por sua vez, induz à homogeneização. É o caso, por exemplo, de um produto exatamente igual para todo o planeta, em termos de embalagem e sabor, como a Coca-Cola.

No entanto, a maioria dos produtos não se encaixa nessa homogeneização e as indústrias estão caminhando na direção de uma produção flexível e customizada em relação às exigências de consumidores individuais.

A terceira contradição envolve a busca do capital por lucros cada vez maiores e, do lado oposto, o cidadão à procura de uma melhor qualidade de vida. Essa contradição também envolve os efeitos apresentados na Figura 1. Problemas como a ganância dos países industrializados, a incompetência dos países emergentes, a concentração de renda, a pobreza,

o baixo nível de educação e a falta de desenvolvimento são fatores que contribuem para essa contradição.

Figura 1 - Contradição da Globalização e os seus efeitos



Quanto à pobreza, países emergentes, como o Brasil, apresentam sérias distorções entre maiores e menores rendas. Segundo o Instituto de Planejamento de Pernambuco – Condepe, 32% da população do estado de Pernambuco são indigentes; seriam os excluídos da concepção de Giddens. Com um percentual dessa ordem, como pensar em competitividade e na globalização?

Enfim, a importância da análise dos atores no ambiente da globalização reside principalmente no que pode ser chamado o verdadeiro espírito da competição. Pode ser caracterizado como aquele em que há entre os parceiros a busca incessante de superar os oponentes, como a vontade constante de progredir e querer fazer melhor que os adversários. O verdadeiro espírito da competição acontece, em sua plenitude, em ambientes que apresentam certo equilíbrio entre os parceiros. Esse equilíbrio deve existir em esferas que envolvem o poderio econômico, social, cultural, educacional e outros fatores.

No caso dos atores, esse equilíbrio seria a condição essencial para que blocos, países, unidades de federação, cidades, corporações ou mesmo cidadãos pudessem entrar no clima do verdadeiro espírito da competição, pudessem participar e não ficar marginalizados do processo. Nesse caso, seja em qualquer das categorias, os

que não pudessem competir por problemas de desigualdades seriam os excluídos da globalização.

O verdadeiro espírito da competição é aquele que é encontrado em toda a sua plenitude, em países desenvolvidos, como é o caso dos EUA, no qual encontramos estados federados competindo uns com outros, o mesmo ocorrendo com as cidades, empresas, cidadãos e assim por diante. Numa situação como essa todos terminam sendo beneficiados. Não é por acaso que os EUA são a maior potência do planeta.

A competição deve existir em todas as categorias no espaço interno de um Estado-nação, mesmo entre unidades da federação ou entre cidades. Os benefícios tendem a extrapolar a própria categoria, pois vai exigir novos desafios, de cuja resolução depende a sua modernização (COULLON, 1995).

A ampliação das desigualdades liquida o espírito da competição e, por sua vez, atropela ou minimamente retarda o processo de desenvolvimento. A desigualdade é um dos maiores inimigos do crescimento (SALAMA, 2000). No Brasil, ao contrário da presença desse espírito competitivo, os desníveis e a falta de equilíbrio basicamente em tudo e em todas as categorias vêm eliminando essa fonte saudável de desenvolvimento e prosperidade.

O grave problema dos desequilíbrios leva a crer que não existe vontade política de promover o crescimento equilibrado no país, principalmente quando se consideram as suas regiões internas. Situações como essas servem somente para contribuir para a injustiça social e o sofrimento, principalmente dos excluídos e, de maneira geral, também para aqueles que, mesmo não se enquadrando nessa categoria, fazem parte do outro contingente, o dos desprezados. As comunidades das outras regiões sofrem com a falta de verbas, infraestrutura e desenvolvimento. Os cidadãos dessas regiões metropolitanas também sofrem com os problemas inerentes a esse desordenado

amontoado populacional, com assaltos, assassinatos, infiltração de drogas e outros.

Quadros como este podem sugerir tratar-se de uma questão equivocada de mentalidade ultrapassada, que pode ser decorrente da herança histórica de nossa colonização. Enquanto no Brasil a premissa básica era a desigualdade como algo natural, nos Estados Unidos o natural era a igualdade (WEFFORT, 2005).

Assim, essa mentalidade da época das capitânias hereditárias, poderia ainda estar viva na mente dos nossos governantes. Como afirma Alencar (1996) [...] *reconhecer um problema é o primeiro passo para a sua solução; mascará-lo é a melhor forma de eternizá-lo.* [...]. Acredita ainda que o maior problema não esteja na elite intelectual ou empresarial, mas na obsolescência dos poderes legislativo, executivo e judiciário.

Outra vulnerabilidade da globalização envolve a perspectiva da legislação. As leis não estão acompanhando a velocidade com que caminham a globalização e a tecnologia. Defasada, a vida dos piratas eletrônicos fica facilitada e deixa a população vulnerável. Esforços no sentido da evolução da “lei mundial” parecem necessários e encontrarão dificuldades, por exemplo, em relação ao aspecto religioso do fundamentalismo islâmico.

Junto com a globalização, estão surgindo forças, às vezes não constituídas legalmente, mas que crescem em importância e vão afetando cada vez mais organismos públicos e obtendo reconhecimento internacional. É o fenômeno hoje denominado de governança, que não está baseada em lei, mas representa ações da sociedade civil em defesa da responsabilidade ambiental e social (LUBBERS, 1998). Essas ações são realizadas diretamente pelos cidadãos, por entidades de classe ou até mesmo através de ONGs. Como um movimento civil, responsável e preocupado com o bem comum da sociedade, as instâncias da legalidade nos mais variados níveis precisam reconhecer e dar condições para o seu desenvolvimento.

O problema das desigualdades brasileiras é tão imenso e tão alarmante que pode servir para possíveis explicações das eleições de 2006. Depois de todos os escândalos a envolverem várias esferas políticas, principalmente o governo federal, o presidente Lula conseguiu sua reeleição e isso pode ter relevante significado social. Pode ser a consequência direta do problema das imensas desigualdades brasileiras; pode ser interpretado como uma resposta da imensa massa dos insatisfeitos, excluídos e desprezados. É como se fosse uma forma de dizerem, não aguentamos mais tanta desigualdade; se é verdade que o presidente Lula roubou, isso para nós é um problema infinitamente menor e chega a ser desprezível diante do problema maior. O que vale para nós é ele ser o primeiro presidente que está realmente trabalhando para tentar resolver esse problema que nos vem causando tanta dor e sofrimento.

É por isso que a mentalidade da classe política brasileira, que parece ainda se espelhar na mentalidade da época das capitânias hereditárias é fundamentalmente cruel porque, como afirma Therborn (2000), o poder estatal afeta diretamente todas as dimensões da polaridade que vai da igualdade a mais extrema e dolorosa desigualdade.

O pior de tudo isso é constatar que o Brasil está na contramão da história, pois, de acordo com uma pesquisa de distribuição de renda no mundo, Korzeniewicz e Moran concluíram que enquanto as desigualdades entre países estão aumentando, as desigualdades dentro dos países estão diminuindo significativamente (THERBORN, 2000). Isso não parece ser o que vem ocorrendo no Brasil.

Some-se a isso o fato de que as desigualdades afetam o crescimento, pois, à medida que se elevam não o favorecem (SALAMA, 2000).

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A globalização, como processo em direção a um todo, requer mudança de atitudes dos políticos e da sociedade como um todo. O que antes era problema, solução e ação localizados, passa a ter, como caracteriza o holismo, abrangências totais. O local e o global tornam-se inextricavelmente entrelaçados (GIDDENS, 1991) e, como tal, requer a participação de todos na solução, por afetar a todos de uma forma ou de outra.

Esse processo em direção ao todo está sendo viabilizado pela TI, que é, sem dúvida, a maior aliada do fenômeno da globalização. A TI está dando uma grande contribuição para a humanidade, através das suas ferramentas que agilizam as comunicações, as informações, o conhecimento e proporciona consequências sociais mundo afora.

O fenômeno da globalização tenderá, cada vez mais, a intensificar os relacionamentos, envolvendo a todos das mais variadas formas. Daí a importância da análise dos atores. Os parceiros de um relacionamento, possuindo um potencial equilibrado de desenvolvimento, entrarão no clima do verdadeiro espírito da competição que, como vimos, é a fonte saudável de desenvolvimento e prosperidade. Essa análise nos deu uma visão em perspectiva para enxergar que as chances de sucesso de países emergentes como o Brasil são bastante limitadas. O Brasil, o país dos desequilíbrios, a exemplo dos demais países emergentes, não soube até hoje gerenciar esses problemas. Assim, a imensa maioria dos seus atores tenderá a ser presa fácil perante os parceiros bem preparados dos países industrializados. Se, na categoria cidadãos, o Brasil tem sérios problemas quanto ao elevado nível de analfabetos e semianalfabetos, na categoria empresas, a situação também não é das melhores, pois não possui absolutamente nenhuma marca em nível mundial; é o país de *commodities*.

Diante de desequilíbrios tão imensos e nos mais variados aspectos, entre esses os de natureza regional, sociais, econômicos e educacionais, os indicadores demonstram que o Brasil precisa descobrir o Brasil. Somando-se esses problemas ao da pesada carga tributária brasileira, juntos, os dois podem ser os principais motivos por que o investimento estrangeiro prefere se ancorar em outras praças. A esse respeito, a Organização Mundial do Comércio - OMC aponta o Brasil como o décimo oitavo país do mundo em atrair investimentos, com uma quantia quase igual a que uma única cidade recebeu (Hong Kong). Nem é preciso apresentar os prejuízos que a falta de investimento traz para o Brasil.

Quanto às contradições da globalização, principalmente no tocante à primeira delas, resta aos atores envolvidos e igualmente aos administradores encontrarem uma nova forma de organização que atenda satisfatoriamente aos interesses e necessidades do cidadão, seja como consumidor ou como um profissional que precisa de emprego, e da empresa. Essa nova forma de organização deve encontrar um equilíbrio entre os conceitos aparentemente antagônicos: competitividade e emprego.

Quanto ao problema das desigualdades, isso parece estar relacionado com o problema da mentalidade dos políticos brasileiros e precisa de solução até porque é um dos entraves para o crescimento do Brasil.

O Brasil é um país relativamente jovem, comparado com a maioria dos países do Primeiro Mundo está na infância, ainda não conseguiu resolver problemas básicos, convive com imensos problemas de disparidades. Se o Brasil do sul ou o Brasil do extremo-leste caminham a uma velocidade aceitável, o Brasil do norte vive se arrastando e o Brasil do oeste parece que nunca saiu do canto. Se o Brasil da região compreendida pelo estado de São Paulo apresenta um desenvolvimento aceitável e, de certa forma, pode até ser comparado com os padrões do Primeiro Mundo, o que se pode dizer das demais

unidades de federação, principalmente as do norte e nordeste? Subdesenvolvimento, pobreza, baixos níveis de educação, de saúde e por aí segue na contramão do desenvolvimento.

Aplicar a culpa das desigualdades regionais às sociedades de cada uma dessas regiões desfavorecidas é o mesmo que aceitar que o governo federal não serve pra nada e, acima de tudo, é incapaz de desenvolver um planejamento e traçar estratégias que realmente sejam capazes de reverter esse quadro e caminhe no sentido da redução ao mínimo possível do fosso das desigualdades. Limitar-se a atribuir a culpa pelas desigualdades a questões de preconceito regional não parece ser um raciocínio sábio. É como afirma Elias (2000, p.30), *“dê-se a um grupo uma reputação ruim e é provável que ele corresponda a essa expectativa”*. A julgar pelo que se vê, o que representa a realidade atual do país, parece oportuno questionar se o problema envolve a capacidade gerencial dos governos federal e estaduais ou é falta de interesse em resolver de vez o problema. Aí resta questionar, será que o Brasil vai esperar uma versão tupiniquim da “Revolução Francesa” para resolver esse problema?

Finalmente, a globalização parece ser um fenômeno irreversível. Junto com ela, vem um arrastão de mudanças, principalmente quanto à intensificação da competitividade, agora, e cada vez mais se acentuando em escala mundial. Nesse cenário, os atores participantes do processo terão a opção de se alinhar, em função de critérios como os da competência, em duas fileiras distintas: a do rolo compressor ou da estrada. Os que conseguirem se alinhar no primeiro pelotão serão os que obterão sucesso, riqueza, alegrias e felicidades, serão os que ditarão as regras, os que influenciarão e dominarão através de suas culturas ou até de outras formas.

Aos demais, restará uma única opção: servirem de estrada para serem esmagados; serão os desprezados e os excluídos da

globalização. Aliás, como vimos no início, a prática do domínio entre os povos continua e continuará bem viva, cada vez mais se constituindo em um dos traços marcantes da humanidade. Os que permanecerem alinhados no segundo time ficarão marginalizados, necessitando, para isso, de uma solução mundial, talvez, como nos pensamentos dos humanistas Havel e Erasmus de Rotterdam, proveniente de uma mudança espiritual na atitude dos homens para com o mundo como um todo.

REFERÊNCIAS

- ALENCAR, Geraldo de. **Brasil e seu Futuro**. São Paulo: Makron, 1996.
- BASSI, Eduardo. **Globalização de Negócios** - construindo estratégias competitivas. São Paulo: Cultura, 1997.
- BERTALANFFY, L. **Teoria geral dos sistemas**. 3.ed. Petrópolis: Vozes, 1977.
- CAMDESSUS, Michel. **Globalization and its Challenges for Germany, Europe, and the IMF**. Disponível em www.imf.org/external/np/speeches/1997/MDS9701.HTM. Acesso em 01/12/ 2008.
- CAMDESSUS, Michel. **Making Globalization Work for Workers** the 24th Congress of the World Confederation of Labor. Disponível em: www.imf.org/external/np/speeches/1997/120297.HTM. Acesso em 15/09/2008.
- CASTELLS, M. **A sociedade em rede**. 3.ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- COULLON, Alain. **A Escola de Chicago**. Campinas: Papirus, 1995.
- DOWBOR, Ladislau. **A Reinvenção do Futuro**. São Paulo: Cortez, 1994.
- DRUCKER, Peter F. **Sociedade Pós-Capitalista**. 4ª ed. São Paulo: Pioneira, 1993.
- ELIAS, N. **A sociedade dos indivíduos**. (org.) Michael Schröter. Rio de Janeiro: J.Zahar, 1994.
- _____. **Os estabelecidos e os outsiders**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.
- IMF. International Monetary Fund. Fiscal Affairs Department. **IMF Conference on Economic Policy and Equity**. Disponível em www.imf.org/external/np/fad/equity/issues.htm. Acesso em 25/05/2008.
- GIDDENS, Anthony. **A terceira via**: Reflexões sobre o impasse político atual e o futuro da social-democracia; Tradução de Maria Luiza X. de A. Borges. Rio de Janeiro: Record, 1999.
- _____. **As conseqüências da modernidade**. São Paulo: Unesp. 1991.
- IANNI, Octavio. **A Sociedade Global**. 4.ed. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1996.
- _____. **A Era do Globalismo**. 2.ed. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1996.
- _____. **Teorias da Globalização**. 4.ed. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1997.
- IBGE, **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. Disponível em www.ibge.gov.br. Acesso em 26/11/ 2008.
- KENNEDY, Paul. **Preparando para o Século XXI**. Rio de Janeiro: Campus, 1993.
- LEDUR, José F. Mercosul, os Projetos Nacionais e a Nova Ordem Mundial In **XVI Conferência Nacional dos Advogados - Direito, Advocacia e Mudança**. Fortaleza: OAB, p.19-23, 1996.
- LUBBERS, Ruud; KOOREVAAR, Jolanda. **The Dynamic of Globalization**. Disponível em

www.globalize.org/dynamic.html. Acesso em 25/11/ 2008.

LUBBERS, Ruud. **Fragmented Society**. Disponível em www.globalize.org/alpbach.html. Acesso em 25/11/ 2008.

MEDEIROS, Marcelo de A. O Processo de Integração Latino-Americana: A influência da União Européia na Posição Brasileira no seio do Mercosul. **Política Hoje**. v.2, n.3, p.31-35, Jan/Jun 1995.

PERNAMBUCO. **Estratégia de desenvolvimento local de Pernambuco**. Recife: Cepe. 2004.

SALAMA, P. Novas formas de pobreza na América Latina. In GENTILI, P. **Globalização excludente: desigualdade, exclusão e democracia na nova ordem mundial**. 2.ed. Petrópolis: Vozes. 2000, cap. 3, p.63-95.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa**. Rio de Janeiro: CB, 2003.

SUN TZU. **A arte da guerra**. Rio de Janeiro: Campus, 2001.

TWB (The World Bank). Disponível em www.worldbank.org/. Acesso em 26/11/ 2008.

THERBORN, G. Dimensões da globalização e a dinâmica das (des)igualdades. In GENTILI, P. **Globalização excludente: desigualdade, exclusão e democracia na nova ordem mundial**. 2.ed. Petrópolis: Vozes. 2000, cap. 3, p.63-95.

TOURAINÉ, Alain. **Crítica da modernidade**. 5.ed. Tradução de Elia Ferreira Edel. Petrópolis: Vozes. 1998.

WASELFISZ, J. **Mapa da Violência 2006: os Jovens do Brasil**. Rio de Janeiro: UNESCO, Instituto Ayrton Senna, Garamond, 2006.

WEFFORT, F.C. As escrituras de Deus e as profanas: Notas para uma história das idéias no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. v.20, n.57, p.5-25, 2005.

